

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 04.163.016/0001-76
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
No semestre, a BMC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 319 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 10,7 milhões e Ativos Totais de R\$ 11,3 milhões.
Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	10.825	10.358	OUTRAS OBRIGAÇÕES	234	217
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	50	39	Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	234	217
Carteira Própria	10.741	10.283	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	3	2
Vinculados à Prestação de Garantias	10.741	10.147	Diversas (Nota 8b)	167	124
OUTROS CRÉDITOS	-	136	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	64	91
Diversos (Nota 6)	34	36	OUTRAS OBRIGAÇÕES	357	294
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34	36	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	357	294
OUTROS CRÉDITOS	478	414	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.713	10.262
Diversos (Nota 6)	478	414	Capital:		
PERMANENTE	1	1	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	6.000	5.700
INVESTIMENTOS	1	1	Reservas de Lucros (Nota 9c)	4.713	4.562
Outros Investimentos	1	1	TOTAL	11.304	10.773
TOTAL	11.304	10.773			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	623	505
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	623	505
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	623	505
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(109)	(140)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(76)	(116)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(29)	(24)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	14	10
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(18)	(10)
RESULTADO OPERACIONAL	514	365
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	514	365
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(195)	(134)
LUCRO LÍQUIDO	319	231
Número de cotas (Nota 9a)	6.000.000	5.700.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	53,17	40,53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldo em 31.12.2013	5.500	36	4.497	-	10.033
Aumento de Capital com Reserva	200	-	(200)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	231	231
Destinações: - Reservas	-	12	217	(229)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(2)	(2)
Saldo em 30.6.2014	5.700	48	4.514	-	10.262
Saldo em 31.12.2014	5.700	55	4.642	-	10.397
Aumento de Capital com Reserva	300	-	(300)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	319	319
Destinações: - Reservas	-	16	300	(316)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(3)	(3)
Saldo em 30.6.2015	6.000	71	4.642	-	10.713

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	514	365
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	14	33
Despesas com Provisões Fiscais	14	33
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	528	398
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(228)	(164)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(14)	(30)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(20)	(4)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(257)	(195)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	9	5
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(3)	(3)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(3)	(3)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	44	37
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	50	39
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2015	%	2014	%
1.1) Intermediação Financeira	623	114,7	505	129,8
1.2) Outras	(4)	(0,7)	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(76)	(14,0)	(116)	(29,8)
Propaganda e Publicidade	(46)	(8,5)	(92)	(23,8)
Serviços Técnicos Especializados	(12)	(2,2)	(8)	(2,0)
Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(1,3)	(8)	(2,0)
Taxa Comissão de Valores Mobiliários	(7)	(1,3)	(7)	(1,7)
Contribuição Patronal	(1)	(0,2)	(1)	(0,3)
Outras	(3)	(0,5)	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	543	100,0	389	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	543	100,0	389	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	543	100,0	389	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	224	41,3	158	40,6
Federal	224	41,3	158	40,6
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	319	58,7	231	59,4
Dividendos	3	0,5	2	0,5
Lucros Retidos	316	58,2	229	58,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo praticar operações e atividades pertinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Títulos (1)	2015			2014					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Carteira própria									
Cotas de fundos de investimentos	4.887	1.004	678	4.172	10.741	10.741	-	10.147	-
Vinculados à prestação de garantias									
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	136	-
Total em 2015	4.887	1.004	678	4.172	10.741	10.741	-	10.283	-
Total em 2014	2.392	1.685	1.977	4.229				10.283	-

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2015			2014					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação: (3)									
Notas do tesouro nacional	4.320	-	-	-	4.320	4.320	-	2.386	-
Letras financeiras do tesouro	567	929	-	2.645	4.141	4.141	-	4.100	-
Letras financeiras	-	75	668	1.200	1.943	1.943	-	2.930	-
Debêntures	-	-	10	327	337	337	-	558	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	303	-
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	6	-
Total em 2015	4.887	1.004	678	4.172	10.741	10.741	-	10.283	-
Total em 2014	2.392	1.685	1.977	4.229				10.283	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Corresponde a resultado de títulos de renda fixa no montante de R\$ 623 mil (2014 - R\$ 505 mil).

d) A BMC DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.

6) OUTROS CRÉDITOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia - fiscais	299	248
Créditos tributários (Notas 15c e d)	155	145
Opções por incentivos fiscais	37	37
Devedores por depósitos em garantia - cíveis	21	20
Total	512	450

7) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas possíveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recurso, ou a sua prescrição.

I - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

II - Obrigações legais das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Fiscais	previdenciárias
No início do 1º semestre de 2015	312	14
Atualização monetária	14	14
No final do 1º semestre de 2015 (Nota 8a)	326	273
No final do 1º semestre de 2014 (Nota 8a)	273	273

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O processo com essa classificação refere-se à Autuação IRPJ e CSLL sobre o suposto ganho não tributado na desmutualização da BM&F e da Bovespa, no ano de 2007, no montante de R\$ 289 mil.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 7b)	326	273
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	162	124
Provisão para impostos diferidos (Nota 15c)	31	21
Impostos e contribuições a recolher	5	-
Total	524	418

Refere-se à provisão para pagamentos a efetuar, no montante de R\$ 64 mil (2014 - R\$ 91 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 6.000 mil (2014 - R\$ 5.700 mil) está representado por 6.000.000 (2014 - 5.700.000) cotas, subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras despesas financeiras.....	18	10
Total	18	10

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015 Ativos (passivos)	2014 Ativos (passivos)	2015 Receitas (despesas)	2014 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto).....	50	39	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Controlador direto).....	(3)	(2)	-	-

Disponibilidades:

Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto)..... 50

Dividendos:

Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Controlador direto)..... (3)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Reunião de Sócio-cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	514	365
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(207)	(146)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Outros valores	12	12
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(195)	(134)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(189)	(146)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	(6)	12
Total dos impostos diferidos.....	(6)	12
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(195)	(134)

c) Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização
Provisão para contingências fiscais	124	6	-
Provisão para publicações.....	37	25	37
Total dos créditos tributários (Nota 6).....	161	31	37
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8).....	26	5	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	135	26	37

Aos Administradores da

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2015 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	13	7	20
2016.....	23	14	37
2017.....	49	29	78
2018.....	11	6	17
2019.....	2	1	3
Total (Nota 6).....	98	57	155

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 145 mil (2014 - R\$ 136 mil).

Todos os créditos tributários da BMC Asset foram devidamente ativados.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BMC DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

d) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

e) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de julho de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3